



ESMESC

Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

GABARITO DEFINITIVO
SIMULADO SEMESTRAL 2021.1

**INSTRUÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA FORAM
DISPONIBILIZADAS NA PLATAFORMA
EDUCACIONAL DA ESMESC.**

Florianópolis, 02 de julho de 2021.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Em relação ao princípio reserva do possível, no campo dos direitos sociais, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) O princípio da reserva do possível serve para ponderar a aplicação dos direitos sociais em casos concretos, pois esses direitos são considerados como normas de eficácia contida, requerendo a interferência da reserva do possível para sua efetivação.
- b) A reserva do possível jurídica está relacionada as condições do caso concreto que venham a permitir a concretização dos direitos sociais, fazendo com que seja analisado o aspecto da relevância da matéria e a possibilidade de efetivação do direito fundamental social.
- c) A reserva do possível está relacionada as possibilidades de realização de atos concretos, que tenham base na lei, para que seja efetivados os direitos sociais, podendo a aplicação do princípio da reserva do possível contrariar disposições prevista em legislação infraconstitucional.
- d) Em casos de conflito entre direito sociais a reserva do possível não pode ser aplicada, pois serve apenas para aumentar o nível de concretização do direito e nunca para impor restrições aos direitos sociais.
- e) A reserva do possível fática está relacionada com a disponibilidade concreta de recursos para efetivar direitos sociais, sendo que o princípio não pode ser utilizado para violar o núcleo essencial do direito fundamental social.**

2) Assinale a alternativa que apresenta dois legitimados universais para propositura de ADI:

- a) Presidente da República e Conselho Federal da OAB.**
- b) Governador de Estado e Procurador Geral da República.
- c) Confederação sindical e partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) Mesa do senado e Mesa da Assembleia Legislativa.
- e) Partido Político e Central Sindical.

3) Em relação aos direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade religiosa no direito brasileiro está relacionada a regra do Estado Laico, vinculado o Estado a respeitar todas as formas de manifestação religiosa, sem interferir em seu conteúdo.**
- b) A características da universalidade aos direitos fundamentais, prevista no caput do art. 5º., serve para determinar que os titulares dos direitos fundamentais só podem ser os seres humanos, vindo esses direitos a produzir efeitos somente em relação aos brasileiros residentes e aos estrangeiros residentes.
- c) A jurisprudência do STF reconheceu que o direito de liberdade de expressão deve ser interpretado de forma restritiva, podendo vir a sofrer limitações que visem a promover outros bens juridicamente protegidos.
- d) Com base na característica da aplicabilidade imediata, a lei não pode restringir direitos fundamentais, pois viria a ofender o âmbito de proteção do direito fundamental.
- e) Os Direitos fundamentais previstos no art. 5º. da CF/88 são considerados, em sua



totalidade, como direitos de defesa por impor uma abstenção ao Estado.

4) Sobre o temática do poder constituinte, assinale a alternativa correta:

a) O poder constituinte originário cria a nova constituição e estabelece os princípios norteadores do poder derivado que tem a premissa de revisar o texto constitucional em momentos de ocorrência do chamado sistema constitucional das crises.

b) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referenda aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias.

c) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites jurídicos fixados no texto da Constituição.

d) O surgimento do poder constituinte originário está ligado a momento de ruptura, sendo exemplos desses momentos situações como a revolução, o golpe e a transição política pacífica (transição constitucional) sendo este um dos motivos que podemos considerar que a Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1988 não foi o exercício de um poder originário.

e) As Cláusulas pétreas são limites a atuação do poder constituinte originário, estando presentes nas limitações materiais e vinculam o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos poderão ser suprimidos por este poder.

5) Em relação a Teoria Constitucional, assinale a alternativa correta:

a) A supremacia material da Constituição deriva do procedimento de elaboração, sendo representada pela atividade de Assembleia Constituinte.

b) As constituições concisas são aquelas que abordam vários assuntos das mais variadas naturezas no texto constitucional e estão relacionadas com as constituições elaboradas no pós segunda guerra mundial.

c) Uma das limitações possíveis de existir ao poder constituinte derivado é a de cunho temporal (limitação temporal), que prevê um período no qual a constituição poderá sofrer emendas.

d) O Estado Social de Direito tem como principal característica a chamada intervenção do estado na economia, visando garantir os direitos individuais e sociais dos cidadãos, no intuito de gerar a igualdade material.

e) Uma das características das normas constitucionais é a abertura, que significa que o texto da constituição possui várias cláusulas gerais, que indicam qual o sentido correto da norma constitucional.

QUESTÃO ANULADA

6) Assinale a alternativa incorreta:

a) Um dos objetivos da República Federativa do Brasil é pluralismo político.

b) Conforme a Constituição de 1988, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.



- c) Conforme as diretrizes fixadas pela Constituição de 1988 nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil repudia o terrorismo e o racismo.
- d) Segundo o STF o preâmbulo da Constituição é considerado norma constitucional.
- e) A dignidade da Pessoa Humana é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.**

7) Sobre o sistema constitucional das crises, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo máximo de duração do Estado de Sítio, em caso de guerra declarada, é de 180 dias.
- b) A decretação de Estado de defesa, pelo Presidente da República, depende de autorização do Congresso Nacional.
- c) O decreto do Estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.**
- d) Decretado o Estado de Defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificativa ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples.
- e) Durante o Estado de Sítio, enquanto a medida vigorar, o Congresso Nacional terá suas atividades suspensas, incluindo as imunidades parlamentares.

8) Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é CORRETO afirmar:

- a) Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.**
- b) A liminar em ADPF possui efeitos repristinatório, *erga omnes* e vinculante.
- c) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade e tutelar os interesses difusos objeto da arguição.
- c) A ADPF tem características de processo subjetivo, justamente por permitir que decisões de instâncias inferiores sejam analisadas pelo STF.
- d) Na concessão de liminar em ADPF o relator não poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado e nem o Advogado-Geral da União.

9) Assinale a alternativa correta:

- a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estão relacionadas a instituições do estado e a estrutura de definição dos direitos fundamentais, dependendo de edição de legislação regulamentadora ou atos posteriores para ter ampliação de sua eficácia.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas aos direitos sociais e econômicos e necessitam de edição de leis posteriores que venham a restringir sua eficácia para que possam produzir efeitos



- c) As normas de eficácia plena não podem ser criadas pelo Poder Constituinte Derivado.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata são normas que nascem com eficácia plena e permitem que uma legislação infraconstitucional posterior venha a regular e restringir sua eficácia.**
- e) Os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias não são considerados como normas constitucionais, segundo a jurisprudência do STF.

10) Em relação ao Poder legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) A imunidade material dos parlamentares federais só pode ser aplicada a palavras e opiniões proferidas dentro do Congresso Nacional.
- b) A condenação criminal com trânsito em julgado é caso de extinção do mandato parlamentar.
- c) Conforme a jurisprudência do STF é lícito a CPI determinar a quebra do sigilo telefônico e fiscal de investigados.**
- d) O quorum para derrubada do veto presidencial é de maioria simples.
- e) Projeto de lei rejeitado durante a sessão legislativa só pode ser reapresentado na próxima sessão legislativa se houver requerimento de 1/3 dos membros das casas legislativas.

DIREITO CIVIL

1) Sobre a disciplina jurídica da filiação, assinale a alternativa correta:

- a) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, não ilide a presunção da paternidade.
- b) Não basta a confissão materna para excluir a paternidade.**
- c) Ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento.
- d) O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos três anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.
- e) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais apenas conjuntamente.

2) Sobre o direito sucessório, assinale a alternativa correta:

- a) Na sucessão legítima, a parte do renunciante não acresce à dos outros herdeiros da mesma classe.
- b) São revogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.
- c) Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem a herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito de representação.
- d) Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do Ministério Público, aceitá-la em nome do renunciante.
- e) Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo.**



3) Marque a alternativa correta:

- a) A obrigação de execução continuada é aquela cujo cumprimento se dá de uma única vez, no futuro.
- b) O contrato de locação prevê obrigação de natureza instantânea para o locatário, de modo que o cumprimento é realizado imediatamente após a sua constituição.
- c) Em regra, a obrigação é quesível, isto é, deve ser paga no domicílio do devedor.**
- d) Designados dois ou mais lugares para a realização do pagamento, cabe ao devedor escolher entre eles, segundo prescreve o Código Civil.
- e) A mora consiste em hipótese de descumprimento parcial da obrigação, que não pode mais ser cumprida.

4) Marque a alternativa correta:

- a) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários contratuais de advogado.
- b) O Código Civil enuncia que o juiz deve reduzir a cláusula penal de maneira equitativa se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.**
- c) Para o Código de Defesa do Consumidor, as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo são limitadas a 5% do valor da prestação.
- d) Nas arras confirmatórias há a possibilidade de arrependimento, bem como a de exigir-se perdas e danos.
- e) Nas arras penitenciais não há possibilidade de arrependimento, porém não é viável a cobrança de perdas e danos.

5) Considere que Antônio herdou o imóvel invadido por seu pai, Benito. O invasor tinha ciência a respeito do esbulho que cometia, embora o herdeiro não. Neste caso, a posse adquirida pelo sucessor será:

- a) Injusta e de Má-fé.**
- b) Justa e de Boa-Fé.
- c) Justa e de Má-fé.
- d) Injusta e de Boa-fé.
- e) Nenhuma das anteriores.

6) Anderson de Souza, em virtude da coação moral exercida por Bruno Silva, transfere para este seu imóvel, casa X. O contrato de compra e venda foi lavrado por meio de escritura pública, consignando ter o imóvel sido alienado pela importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Bruno Silva, três anos depois, aliena o imóvel em questão para Carlos de Paula, que o adquire obedecendo às formalidades inerentes ao ajuste (escritura pública e registro no Cartório de Registro de Imóveis), pagando o valor R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais). Considerando a situação de fato acima narrada, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível o ajuizamento de ação de reintegração de posse, proposta por Anderson de Souza contra Carlos de Paula.



b) É cabível o ajuizamento de ação reivindicatória, proposta por Anderson de Souza contra Carlos de Paula, após se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento.

c) É cabível o ajuizamento direto da ação reivindicatória, proposta por Anderson de Souza contra Carlos de Paula.

d) É incabível o ajuizamento de ação de reintegração e posse e de ação reivindicatória, propostas por Anderson de Souza contra Carlos de Paula, visto que o último ostenta justo título e boa-fé.

e) A ação reivindicatória só seria cabível contra Bruno Silva, que foi quem praticou o esbulho, em decorrência da coação por este exercida.

7) A função social da propriedade relativiza o caráter ilimitado e absoluto do direito de propriedade e tem como prerrogativa a materialização da socialidade. Em relação à função social da propriedade, pode-se afirmar que:

a) Se o proprietário de um imóvel rural não observar os requisitos essenciais para o cumprimento da função social da propriedade, como a utilização adequada dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a observância da legislação trabalhista, poderá ser desapropriado.

b) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 permite a usucapião de imóvel público com base na função social da propriedade, por meio da usucapião extraordinária, desde que comprovado relevante interesse social.

c) A função social não integra o conceito de propriedade.

d) A função social da propriedade não implica obrigatoriedade do direito de propriedade, ou seja, o proprietário somente tem direitos, não tendo deveres relativos ao cumprimento da função social.

e) A função socioambiental, econômica e humana não contempla a função social da propriedade.

8) Elemento accidental do negócio jurídico, o termo possui, entre outras, as seguintes características:

a) Impositividade e certeza.

b) Incerteza e voluntariedade.

c) Certeza e futuridade.

d) Involuntariedade e incerteza.

e) Legalidade e brevidade.

9) De acordo com o Código Civil, são bens Imóveis

a) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

b) os materiais que estejam separados provisoriamente de um prédio, para nele serem reempregados.

c) os materiais provenientes da demolição de um prédio.

d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

e) os materiais destinados a alguma construção.

10) À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que disciplina a



aplicação das leis em geral, assinale a alternativa correta:

- a) **A revogação tácita se apresenta quando lei posterior regula inteiramente matéria de lei anterior ou seja com esta incompatível.**
- b) A regra do ordenamento jurídico pátrio dispõe que a lei revogada é automaticamente restaurada, no caso de a lei que a tiver revogado perder a vigência.
- c) Deparando-se com a incidência de duas normas em uma mesma situação — uma resolução normativa de um órgão público e uma lei a ela anterior —, o juiz deverá resolver o conflito pelo critério da cronologia.
- d) Ao julgar uma contenda, o juiz deve suspender o processo com o fim de aguardar a edição de uma lei que regulamente a matéria, no caso de não haver lei regulamentadora que se aplique ao caso *sub judice*.
- e) De acordo com a principiologia da LINDB, é viável o não cumprimento de uma lei vigente em virtude do seu desconhecimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Sobre as ações possessórias, é correto afirmar.

- a) **Nas ações possessórias o objeto da demanda deve ser restrito à discussão da posse sobre o bem, não sendo permitida, em regra, a introdução de alegação fundada na propriedade, ressalvada a possibilidade de o réu articular a usucapião como matéria de defesa, consoante entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.**
- b) As ações possessórias são processadas sob o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, porquanto inexistem elementos peculiares nesta espécie de ação que a torne especial, do ponto de vista procedimental.
- c) No procedimento aplicável às ações possessórias é incabível a concessão de medida liminar. Em havendo a necessidade de tutela provisória, deverá o requerente formular pedido de tutela de urgência, prevista no Livro V, da Parte Geral do Código de Processo Civil.
- d) Ocorre a turbação na posse quando se evidenciar a perda total ou parcial dos direitos possessórios, especialmente no que se refere à gestão sobre o objeto possuído, razão pela qual a medida processualmente adequada é a ação de reintegração de posse.
- e) Não é lícito ao réu formular pedido contraposto contra o autor na ação possessória, mesmo que aquele introduza fundamento assentado na agressão de bem sob sua posse, precisamente o objeto do litígio, porquanto este procedimento não possui natureza dúplice.

2) Em relação ao procedimento de inventário e partilha é correto afirmar:

- a) O inventário é o único procedimento capaz de propiciar a partilha de bens, não se



admitindo o levantamento de valores pertencentes ao de cujus, por meio de alvará judicial, mesmo em se tratando de verbas de pequenas montas, oriundas da restituição de tributos, saldo do PIS-PASEP ou do FGTS, dentre outras verbas.

b) No procedimento de inventário, é plenamente lícita a realização diretamente da citação por edital, quando o cônjuge, companheiro, herdeiros ou legatários residirem fora da Comarca em que tramita a referida ação, embora os citandos possuam endereço conhecido nos autos, mesmo que não esgotadas as tentativas de citação pessoal dos mesmos.

c) No procedimento de inventário, as questões de alta indagação, tais como as relacionadas à qualidade de herdeiro, que não dependem apenas de provas documentais, serão resolvidas em ação própria, reservando-se o quinhão hereditário.

d) O Código de Processo Civil estabelece o prazo de 6 (seis) meses para a instauração do inventário, a contar da abertura da sucessão.

e) O procedimento da ação de inventário é único, independentemente de o valor dos bens integrantes do espólio ou mesmo que haja o consenso e a capacidade entre os interessados.

3) Sobre a ação monitória, é correto afirmar:

a) A oposição de embargos monitórios depende, necessariamente, da segurança do juízo, de modo que o réu não poderá intentar este incidente sem prestar garantias no processo.

b) Pelo entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, é incabível o procedimento monitório para cobrança de título executivo prescrito, tendo em conta a possibilidade de este embasar ação executiva, de modo a evidenciar a desnecessidade quanto à tramitação de um processo de cognição, como se dá com a ação monitória.

c) A finalidade da ação monitória é exclusivamente dirimir litígio decorrente de relação jurídica atinente ao pagamento de quantia certa em dinheiro, não se admitindo esta ação quando o objeto da obrigação envolver entrega de bem móvel ou imóvel ou ainda o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer.

d) Após citado na ação monitória, em havendo o cumprimento espontâneo pelo réu quanto à obrigação postulada na inicial, no prazo concedido aos embargos monitórios, como medida de fomento ao consenso, a lei autoriza que os honorários advocatícios sejam fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa.

e) Para viabilizar a ação monitória, é imprescindível a existência de prova escrita, que evidencie a plausibilidade do direito alegado pelo autor, não se permitindo, sob nenhuma hipótese, a produção de prova oral, para fins de documentação, em regime de produção antecipada de provas.



4) No direito processual brasileiro vige a regra da unirrecorribilidade, também conhecida como unicidade ou singularidade recursal, o que significa dizer que para cada decisão judicial há apenas um recurso cabível. Identifique nas hipóteses abaixo àquela que não é exceção ao princípio da unicidade recursal.

- a) A interposição simultânea de embargos de declaração e apelação.
- b) A interposição simultânea de embargos de declaração e Recurso Especial.
- c) A interposição simultânea de embargos de declaração e Recurso Extraordinário.
- d) A interposição simultânea de embargos de declaração e Agravo Interno.
- e) A interposição de Agravo de Instrumento e apelação, na hipótese que em capítulo específico da sentença o juiz aprecia matéria do artigo 1.015, do CPC.**

5) Regra geral, os recursos não impedem a eficácia da decisão recorrida; todavia a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator. Para que o relator assim o proceda, o que deverá demonstrar a parte interessada? Identifique nas hipóteses abaixo, a alternativa correta.

- a) Demonstrar que o pedido deduzido na pretensão judicial é admitido por lei.
- b) Comprovar o risco de dano grave.
- c) Demonstrar que caso não suspensa a decisão haverá risco de dano grave, ou de difícil ou impossível reparação e evidenciar a probabilidade de provimento do recurso.**
- d) Que a decisão recorria lhe causará dano irreparável ou de difícil reparação.
- e) Que existe a probabilidade do recurso.

6) Um dos princípios aplicáveis à prova cível é o da integridade, ou indivisibilidade. Considerando esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo esse princípio, as provas devem ser identificadas nos autos sempre que forem mencionadas pela parte, sob pena de seu não conhecimento.
- b) Segundo esse princípio, o juiz deverá dispensar as provas inúteis e desnecessárias.
- c) Segundo esse princípio, a confissão é, em regra, indivisível, não podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável, porém cindir-se-á quando o confitente a ela aduzir fatos novos, capazes de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.**
- d) Segundo esse princípio, o ônus da prova poderá ser alterado pelo magistrado, por questão de conveniência e oportunidade.
- e) Segundo esse princípio, as provas e seus meios de produção estão tipificados na lei processual, não podendo a parte ou o magistrado valer-se de meios atípicos, sob pena de violação reflexa do princípio constitucional do devido processo legal.

7) Sobre os institutos da sentença e da coisa julgada, assinale a alternativa correta.

- a) Ao perceber que o pedido do autor está amparado por súmula ou precedente das



cortes superiores, o magistrado poderá proferir sentença liminar, dispensando a citação do réu.

b) Após publicar a sentença, o magistrado não poderá mais retratar-se.

c) O juízo de retratação da sentença já publicada é admitido somente nas hipóteses de sentenças terminativas, que não resolvem o mérito da demanda.

d) Se o magistrado receber a apelação interposta contra sentença que rejeitou liminarmente o pedido do autor, resolvendo o mérito, poderá retratar-se no prazo de 5 dias.

e) As decisões proferidas em julgamento antecipado parcial do mérito, uma vez não impugnadas por agravo de instrumento, sujeitam-se à preclusão, e não à coisa julgada.

8) Fulano, interditado e representado por seu curador Beltrano, é réu em uma ação de desapropriação proposta pelo Município no qual reside. O imóvel a ser desapropriado não lhe serve de residência, e é alugado a terceiros como complementação da sua renda. A ação é processada e julgada sem a intervenção do Ministério Público, e o magistrado, na sentença, fixou o valor indenizatório nos termos pleiteados por Fulano. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:

a) Para pleitear o reconhecimento da nulidade do processo decorrente na não participação do Ministério Público como custos legis, este deverá demonstrar que a sua ausência trouxe prejuízo a Fulano, sob pena de serem mantidos todos os atos praticados.

b) Esse processo é absolutamente nulo, e não poderá ser convalidado, ante a ausência de participação do Ministério Público em causa que tem como parte pessoa civilmente incapaz.

c) Esse processo será parcialmente nulo, pois apenas os atos decisórios serão anulados, ante a ausência de participação do Ministério Público como representante extraordinário de Fulano.

d) Nas hipótese, o Ministério Público somente deveria participar em representação extraordinária de Fulano, e não como custos legis, por se tratar de questão de ordem constitucional.

e) O processo é válido, pois a participação do Ministério Público, na hipótese, é desnecessária ante a presença de um curador de Fulano.

9) Sobre a contestação no processo civil, assinale a alternativa correta:

a) A ausência de contestação acarreta ao réu as penas de revelia e confissão.

b) Havendo litisconsórcio passivo, se apenas um réu contestar, a revelia incidirá exclusivamente àquele que não contestou.

c) Todos os fatos alegados na petição inicial e não impugnados na contestação serão presumidos verdadeiros, por incontroversos.

d) Havendo litisconsórcio passivo, o prazo para contestar será individual, iniciando, para cada réu, a partir da juntada do seu respectivo mandado de citação aos autos do processo.

e) Poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, quando houver preliminar de incompetência do juízo, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da



causa, preferencialmente por meio eletrônico.

10) Sobre a produção da prova no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento dos honorários do perito somente poderá ser feito em parcelas se a parte gozar do benefício da justiça gratuita.
- b) No processo civil não se admite a reconstituição dos fatos como meio de prova.
- c) A produção da prova poderá ter como destinatária a parte, e não o juiz.**
- d) A ata notarial não se presta para a reprodução de sons e imagens.
- e) Se for juntado aos autos do processo um extrato digital, que é espécie de documento eletrônico, a parte que o fizera deverá guardar o original pelo prazo de dois anos após o trânsito em julgado da sentença.

DIREITO PENAL

1) Leia com atenção as assertivas abaixo:

- I – No Direito Penal, em relação à contagem do prazo, o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- II - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- III – É vedado o uso da analogia no Direito Penal Brasileiro.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**
- c) Apenas a assertiva II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

2) Em regra geral, o crime de estelionato se processa mediante:

- a) Ação penal privada personalíssima.
- b) Ação penal privada exclusiva.
- c) Ação penal pública condicionada à representação.**
- d) Ação penal pública incondicionada.
- e) Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

3) Marcos se faz passar por funcionário da Companhia de Eletricidade do município e, com isso, tem sua entrada franqueada na casa de Lúcia. Faz de conta que está verificando a instalação elétrica da casa e, graças a esse subterfúgio, subtrai do local um caro aparelho celular. Pode-se dizer que Marcos praticou o crime de:

**a) Furto mediante fraude.**

- b) Furto simples.
- c) Estelionato.
- d) Roubo.
- e) Apropriação indébita.

4) “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços”. A situação posta se refere ao instituto chamado:

- a) Crimes impossível.
- b) Desistência voluntária.
- c) Erro de tipo.
- d) Arrependimento eficaz.

e) Arrependimento posterior.

5) O crime de estupro de uma mulher adulta e capaz se processa mediante:

- a) Ação penal pública condicionada à representação.

b) Ação penal pública incondicionada.

- c) Ação penal privada exclusiva.
- d) Ação penal privada personalíssima.
- e) Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

6) O homicídio se classifica como:

- a) Crime permanente.
- b) Crime continuado.
- c) Crime de perigo.

d) Crime instantâneo de efeitos permanentes.

- e) Crime complexo.

7) Leia com atenção as assertivas abaixo:

I – O crime de porte de drogas para consumo, previsto no art. 28 da Lei 11.343/06, prescreve em 4 (quatro) anos.

II – Quando se trata da prescrição da pretensão executória, o prazo prescricional é reduzido de metade quando o réu era menor de 21 (vinte e um) anos ao tempo do crime.

III – No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa correta:



- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- d) Apenas a assertiva III está correta.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

8) Leia as assertivas abaixo:

I – O crime de rixa é classificado como crime de concurso eventual.

II – Não existe tentativa de crime de difamação.

III – O crime de furto de uso é punido com a pena do crime de furto simples, reduzida de 1/3 a 2/3.

Sobre as assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as assertivas estão incorretas.**
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Apenas a assertiva III está correta.

9) Leia com atenção as assertivas abaixo:

I – A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar, contudo, não será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos.

II – A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

III – A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas remuneradas ao condenado.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.**
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.



QUESTÃO ANULADA

10) Leia com atenção as assertivas abaixo:

- I – O infanticídio (art. 123 do CP) é um crime próprio.
- II – O roubo (art. 157 do CP) é um crime complexo.
- III – Violação de domicílio (art. 150 do CP) é um crime de mera conduta.

Em relação às assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva II está correta.**
- e) Apenas a assertiva I está correta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1) A ação penal é regida por princípios próprios que estabelecem balizas importantes à persecução penal. Acerca do tema em foco e considerando também os termos da lei processual penal, aponte a alternativa correta:

- a) O princípio da obrigatoriedade da ação penal impede absolutamente que o titular da ação penal possa deixar de oferecer denúncia quando houver indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do delito.
- b) A representação, nos casos de ação penal pública condicionada, será irretratável somente após recebida a denúncia.
- c) Em qualquer caso de ação penal privada, o ofendido, ou seu representante legal, sempre decairá no direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier, a saber, quem é o autor do crime.
- d) Na ação penal pública condicionada, se o ofendido falecer ou for declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.**
- e) O princípio da intranscendência impede que o Ministério Público desista da ação penal ou do recurso já interposto.

2) Relativamente à prova testemunhal no processo penal, marque a alternativa incorreta dentre as abaixo elencadas.

- a) Tanto na fase inquisitorial como em Juízo, as testemunhas serão inquiridas separadamente, a fim de que uma não possa ouvir o depoimento da outra.



b) É admitida a oitiva de testemunhas diretas e indiretas, mas estas somente se não houver qualquer testemunha direta dos fatos.

c) O Magistrado está autorizado pela lei processual penal a ouvir de ofício as chamadas testemunhas referidas se entender conveniente para seu convencimento.

d) Dentre outras pessoas, não se deferirá o compromisso àquelas que possuam deficiência mental.

e) Segundo o Código de Processo Penal, se o juiz, ao pronunciar sentença, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito.

3) Considerando o incidente de insanidade mental e seus desdobramentos, nos termos da lei processual penal, indique a assertiva que não pode ser tida como verdadeira:

a) Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, o processo ficará suspenso até que se recupere e possa seguir em sua defesa.

b) Havendo elementos que apontem dúvida sobre a integridade mental do acusado, poderá o juiz, de ofício, submetê-lo a exame médico-legal.

c) O incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.

d) O exame de insanidade mental poderá ser realizado ainda na fase do inquérito policial.

e) A pedido do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, pode ser este submetido a exame médico-legal para aferir sua integridade mental.

4) Segundo disposição da lei processual penal, o procedimento será comum ou especial, com diretrizes bem delineadas sobre a instrução criminal. Ao observar as seguintes proposições, assinale a única verdadeira:

a) Sendo a denúncia ou queixa rejeitada de plano pelo magistrado, o recurso cabível será a apelação. Todavia, se ocorrer absolvição sumária após a apresentação de resposta à acusação, deverá ser interposto o recurso em sentido estrito pela acusação.

b) Não apresentada resposta à acusação no prazo legal, desde que constituído defensor pelo acusado, o juiz marcará audiência de instrução e julgamento e dará continuidade ao feito.

c) Os procedimentos sumário e ordinário diferenciam-se apenas pelo número legal de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes e pela possibilidade ou não de apresentação de alegações finais por memoriais.



d) No procedimento sumário não há previsão específica de apresentação de alegações finais orais pelo assistente da acusação.

e) No caso de citação por edital, o prazo para a defesa através da denominada “resposta à acusação” começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

5) As medidas cautelares alternativas e as prisões cautelares são temas essenciais e delicados dentro do processo penal brasileiro. Considerando as disposições da lei processual a respeito do tema, indique, dentre as afirmações que seguem, aquela que não apresenta erro:

a) A prisão preventiva domiciliar pode ser aplicada em casos específicos e comprovados, como no caso de gestante, pessoa maior de 70 anos ou extremamente debilitada por motivo de doença grave.

b) Na motivação da decretação da prisão preventiva ou de qualquer outra cautelar, o juiz deverá indicar concretamente a existência de fatos ocorridos ao tempo do cometimento do suposto delito que justifiquem a aplicação da medida adotada.

c) A prisão preventiva pode ser decretada em caso de descumprimento de obrigações impostas por força de outras medidas cautelares anteriores.

d) Durante o curso da ação penal poderá o juiz, de ofício, decretar a prisão preventiva ou aplicar as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

e) As decisões que indeferem requerimento de prisão preventiva ou pedido de sua revogação, são atacáveis via habeas corpus.

6) Durante a primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, também conhecida como juízo de prelibação, e de acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

a) O procedimento deve ter o prazo máximo de 90 dias, cabendo ao juiz absolver sumariamente o denunciado caso não se convença da materialidade ou da autoria delitiva.

b) O procedimento deve ter o prazo máximo de 120 dias, cabendo ao juiz pronunciar o réu se houver indícios de materialidade e autoria delitivas, incluindo na pronúncia causas de aumento e de diminuição de pena.

c) O procedimento deve ter o prazo máximo de 90 dias, cabendo ao juiz absolver sumariamente o denunciado se houver prova de não autoria delitiva.

d) O procedimento deve ter o prazo máximo de 120 dias, cabendo ao juiz pronunciar o réu se tiver dúvida quanto à sua culpa.

e) O procedimento deve ter o prazo máximo de 90 dias, salvo em caso de réu solto, cujo prazo previsto em lei é de 120 dias.



7) De acordo com o art. 386 do Código de Processo Penal, se houver fundada dúvida sobre ter o réu agido em legítima defesa:

- a) O juiz condenará o acusado, pois o ônus da prova é da defesa em comprovar, extirpe de dúvida, as circunstâncias que excluam o crime.
- b) O juiz condenará o acusado, uma vez que a dúvida que resulta em absolvição é apenas quanto à prova da materialidade e da autoria delitiva.
- c) O juiz absolverá o acusado, ressaltando ser possível nova ação penal para discutir o mesmo fato, caso em que a acusação poderá suprir a deficiência probatória anterior.
- d) O juiz absolverá o acusado, pois neste caso a dúvida também milita em favor da defesa.**
- e) O juiz somente absolverá o acusado neste caso se entender que a defesa feita pelo advogado nomeado foi deficiente, devendo nomear outro defensor em substituição e determinar a reabertura da instrução probatória.

8) Sobre os recursos em matéria processual penal é correto afirmar:

- a) O efeito regressivo ou diferido é aquele que permite o juízo de retratação pelo julgador que proferiu a decisão.**
- b) O efeito extensivo pode ser aplicado aos demais réus quando verificado no recurso a existência de circunstância benéfica de cunho exclusivamente subjetivo do réu recorrente.
- c) A interposição dos embargos de declaração contra a sentença condenatória faz suspender o prazo para a interposição do recurso de apelação, reiniciando a contagem da intimação do julgamento dos embargos.
- d) O recurso cabível contra a sentença penal condenatória é o Recurso em Sentido Estrito.
- e) O processamento do recurso de apelação admite, de acordo com o Código de Processo Penal, apenas um rito perante o Tribunal respectivo, independentemente do procedimento adotado em primeiro grau e da sanção máxima cominada ao delito que está sendo tratado.

9) Os juizados especiais criminais são orientados pelos princípios da oralidade, da informalidade, da simplicidade, da economia processual e da celeridade, sendo ainda correto afirmar que:

- a) O termo circunstanciado, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, é ato exclusivo da polícia judiciária por se tratar de investigação criminal.
- b) A polícia militar pode lavrar Termo Circunstanciado, desde que remeta a pessoa à polícia civil para analisar a validade do ato.
- c) A suspensão condicional do processo não é aplicável se, ocorrendo à soma das penas em caso de concurso de crimes, o mínimo seja superior a um ano.**



- d) É cabível a suspensão condicional do processo quando se tratar de crime continuado, devendo o processo ser cindido para analisar separadamente o crime mais grave, cuja pena mínima seja superior a um ano, beneficiando o acusado quanto ao crime cuja pena mínima seja inferior a esse limite.
- e) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a homologação da transação penal faz coisa julgada material, impossibilitando a continuidade da persecução penal com o oferecimento da denúncia.

10) Assinale a alternativa correta sobre a legislação penal especial:

a) De acordo com a Lei de Execuções Penais, as autorizações de saída do estabelecimento prisional são sempre decididas pelo juiz da execução, cuja saída deverá ser necessariamente mediante escolta armada.

b) De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher têm competência tanto cível quanto criminal, devendo as varas criminais acumular essas competências enquanto os juizados não estiverem estruturados no respectivo local.

c) De acordo com a Lei das Interceptações Telefônicas (Lei 9.296/96), tanto a interceptação quanto a captação telefônica somente poderão ser deferidas para investigar crimes apenados com reclusão, independentemente do quanto de pena previsto.

d) A Lei sobre o crime de lavagem de capitais (Lei 9.613/98), em sua atual redação, prevê rol taxativo de crimes anteriores que possibilitam a prática do crime de lavagem posteriormente.

e) A ação controlada, conforme previsto na Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/13), não pode em hipótese alguma ser iniciada pela autoridade policial sem prévia autorização judicial, por ter entendido a lei se tratar de questão de reserva de jurisdição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Assinale a alternativa correta.

a) O princípio da legalidade pode ser afastado ante o princípio da supremacia do interesse público, especialmente nas hipóteses de exercício de poder de polícia.

b) O princípio da razoabilidade impõe à administração pública a adequação entre meios e fins, não permitindo a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.



- c) Os princípios constitucionais da administração pública não são aplicáveis às sociedades de economia mista, visto que essas sociedades são regidas pelo regime de direito privado.
- d) O ato discricionário não está sujeito à apreciação do Poder Judiciário.
- e) Os atos administrativos classificam-se, quando a formação da vontade administrativa, em atos simples, compostos e complexos, constituindo a aposentadoria de servidor público exemplo de ato administrativo composto.

2) A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:

- a) a reversão.
- b) a readaptação.
- c) a reintegração.**
- d) a recondução.
- e) a transferência.

3) Assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se anulado o ato administrativo extinto em decorrência de controle de mérito, segundo critério discricionário, que avalia oportunidade e conveniência.
- b) A exoneração dos ocupantes de cargo em comissão deve ser motivada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.
- c) Pedro Luis, servidor público federal, verificou, no ambiente de trabalho, ilegalidade de ato administrativo e decidiu revogá-lo para não prejudicar administrados que sofreriam efeitos danosos em consequência da aplicação desse ato. Nessa situação, a conduta de Pedro Luis está de acordo com o previsto na Lei nº 9.784/99.
- d) A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.

e) O fato de um detento morrer em estabelecimento prisional devido à negligência de agentes penitenciários configurará hipótese de responsabilização objetiva do Estado.

4) Na matéria improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Existe o acordo de leniência em matéria penal, mas ainda não é possível ser celebrado o acordo de não persecução cível na ação de improbidade administrativa.
- b) Apenas a modalidade de enriquecimento ilícito admite a modalidade culposa na ação de improbidade administrativa, o que tem sido criticado, alegando-se um excesso de punição de agentes públicos.



c) O afastamento cautelar do agente público não tem sido mais admitido nos processos judiciais, pois acaba comprometendo o princípio geral de que a perda do cargo somente se efetiva com o trânsito em julgado da condenação.

d) Para que se caracterize a improbidade administrativa o agente deve ter praticado um ato que revele um mínimo de má-fé, um comportamento desonesto.

e) O Ministério Público é o único agente ativo da improbidade administrativa, cabendo a pessoa jurídica prejudicada pelo ato apenas o ato de acompanhar o trâmite da ação.

5) Na matéria licitações e aplicando a Lei 14.133/21, assinale a alternativa correta.

a) O princípio da vinculação ao edital obriga somente à Administração, que deve ficar adstrita às regras previamente existentes.

b) A definição da modalidade licitatória ainda deverá observar sempre o valor estimado para contratação, sendo a concorrência a de maior valor e a tomada de preços a de valor médio.

c) As modalidades de licitações são as seguintes: concorrência, pregão, convite, concurso, leilão e diálogo competitivo.

d) O princípio da segregação de funções visa a que um mesmo agente de contratação não conduza todo o procedimento licitatório, o que pode gerar fraudes.

e) a modalidade diálogo competitivo é usada quando a Administração já sabe o que quer fazer e como.

6) A respeito do regime jurídico administrativo, assinale a alternativa incorreta:

a) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado concede prerrogativas para a Administração Pública para, nos termos da lei e visando ao interesse público, constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais, bem como revogar seus próprios atos inconvenientes ou inoportunos ou, ainda, anular os ilegais.

b) A vedação da nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola, dentre outros, o princípio da impessoalidade.

c) A publicidade, entendida como a transparência da atuação administrativa, consiste em requisito de validade do ato.

d) A racionalização da máquina administrativa é instrumento que consagra o princípio da eficiência e deve observar os seguintes parâmetros: redução em pelo menos vinte por



cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração de todos os servidores não estáveis; perda do cargo do servidor estável.

e) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, X, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

7) Sobre os poderes da Administração da Pública, assinale a alternativa correta:

a) O abuso de poder é gênero que se subdivide em duas espécies, a saber, excesso de poder, consistente em vício ideológico, e desvio de poder, caracterizado em vício de competência.

b) Em regra, o poder regulamentar permite que a Administração Pública expeça normas gerais e abstratas, com eficácia *erga omnes* e que inovam na ordem jurídica, estabelecendo direitos e deveres ao particular.

c) O poder hierárquico consiste na possibilidade de apurar infrações e aplicar sanções a pessoas que tenham vínculo especial com a Administração.

d) O poder de polícia permite a cobrança de taxa e indenização em razão do seu exercício limitativo de direitos e atividades.

e) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, às pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

8) Ato administrativo complexo:

a) Consiste em classificação dos atos administrativos cujo critério é o grau de liberdade.

b) São formados pela conjugação de vontades de mais de um órgão ou agente distintos.

c) São dirigidos a uma quantidade indeterminável de destinatários, nisso consistindo o critério de classificação.

d) São aqueles praticados pela Administração sem margem alguma de liberdade, pois a lei define de antemão todos os aspectos da conduta.

e) São aqueles praticados por um único órgão, mas que dependem da verificação ou homologação por parte de outro, como condição de exequibilidade.

9) A respeito da nova lei de licitações e contratos, assinale a alternativa correta:

a) Contrato de eficiência consiste naquele cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.



- b) O julgamento que considere o critério maior retorno econômico terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.
- c) A concorrência consiste em modalidade de licitação para contratação de bens e serviços comuns e de obras e serviços especiais de engenharia.
- d) É hipótese de dispensa de licitação a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) São modalidades de licitação a concorrência; a tomada de preços; o concurso; o leilão; o pregão; e o diálogo competitivo.

10) Considerando a Lei n. 14.133/21, assinale a alternativa incorreta a respeito dos contratos administrativos:

- a) Consistem em pactos consensuais, comutativos e de adesão que, em regra, submetem-se a prévio procedimento licitatório.
- b) Dotados de cláusulas exorbitantes, que concedem prerrogativas especiais à Administração Pública para a busca do interesse público.
- c) É dever-poder da Administração fiscalizar a sua execução, de modo que, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, responde solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas.
- d) Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, a Administração Pública poderá exigir a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato.
- e) É prerrogativa da Administração Pública alterar os contratos unilateralmente impondo acréscimos ou supressões de até 25% nos contratos de obras, serviços ou compras, e, no caso de reforma, acréscimos de até 50%, nesses últimos vedadas supressões.**

DIREITO TRIBUTÁRIO

1) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Cobrar tributos após decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.



- b) Cobrar tributos no exercício financeiro posterior em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d) Instituir tratamento igualitário entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, sendo possível a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- e) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.**

2) Assinale a alternativa correta:

Cabe a lei complementar:

- a) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar sem estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- b) Definir tributos e suas espécies sem interferir nas matérias de obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributárias.
- c) Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.**
- d) Definir um tratamento igualitário e equivalente, sem favorecimentos entre grandes empresas, micro empresas e empresas de pequeno porte.
- e) Estabelecer apenas normas específicas e especiais em matéria de legislação tributária.

3) Assinale a alternativa correta a respeito das competências tributárias:

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário.**
- b) Compete privativamente à União legislar concorrentemente sobre direito tributário.
- c) Compete aos Estados, Distrito Federal e Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário.
- d) Compete privativamente aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

4) Com relação à administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades não essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos secundários para a realização de suas atividades e atuarão de forma individualizada, na forma da lei ou convênio.
- b) Lei complementar não poderá dispor sobre isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas.



c) Lei complementar poderá dispor sobre isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos somente por pessoas físicas.

d) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

5) Assinale a alternativa correta:

a) A administração pública pode utilizar tributo com efeito de confisco.

b) A União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podem estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, além da cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

c) A administração pública poderá instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços e templos de qualquer culto.

d) A administração pública poderá instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, salvo exceção, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário.

6) Assinale a alternativa que não apresenta uma das características do Tributo prevista no Código Tributário Nacional - CTN.

a) Tributo não constitui sanção de ato ilícito.

b) Tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

c) Tributo pode ser instituído por decreto.

d) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir.

e) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação.

7) A Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, através de seus auditores fiscais, procedeu a uma diligência em determinada empresa acerca do ICMS referente a fatos geradores ocorridos entre novembro e dezembro de 2009. De tal diligência fiscalizatória redundou a lavratura de termo de lançamento do qual a empresa foi notificada em 15/03/2015. A sociedade empresária, intimada do lançamento, resolveu apresentar impugnação administrativa, o que o fez tempestivamente, sendo que tal discussão veio a findar-se em 19/03/2017. Intimado



a pagar o débito, em 30 (trinta) dias, ou seja, até 18/04/2016 a empresa ficou-se inerte. Na data de 15/05/2017 a PGE inseriu o crédito em dívida ativa, ajuizando a execução fiscal em 10/01/2015, tendo o magistrado competente recebido a inicial em 12/03/2020. Com base nestes dados, a executada poderá alegar em sua defesa:

- a) Prescrição que ocorreu em 19/04/2019
- b) Decadência que ocorreu em 19/04/2019
- c) Prescrição que ocorreu em 01/01/2015
- d) Decadência, que ocorreu em 01/01/2015**
- e) Não poderá nem prescrição nem decadência, pois no caso em tela nenhuma das duas ocorreu.

8) No que se refere ao lançamento tributário, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.**
- b) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.
- c) Lançamento por declaração é a modalidade na qual o sujeito passivo apura e recolhe o tributo devido, sem qualquer prévio exame da autoridade administrativa competente.
- d) Anulado o lançamento tributário por vício formal, quando através de decisão administrativa, fica impedido o Fisco de efetuar novo lançamento para constituição do crédito tributário.
- e) Quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da prática do ato de lançamento.

9) Acerca das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, na forma disposta no Código Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- a) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição.
- b) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza da obrigação tributária correspondente.**
- c) No caso de falência, as multas tributárias serão pagas na mesma ordem de preferência das dívidas decorrentes de tributos propriamente ditos.
- d) Não há qualquer tipo de concurso de preferências entre os diversos entes tributantes, recebendo todos ao mesmo tempo, no caso de execução concursal.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação de qualquer bem pelo sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, ainda que o patrimônio do devedor seja suficiente ao total pagamento da dívida.



10) Assinale, a opção que, segundo decorre do Código Tributário Nacional, contém afirmação verdadeira:

- a) A dívida ativa na qual exista erro ou omissão apenas de requisitos formais não é eivada de nulidade.
- b) A nulidade da CDA (certidão de dívida ativa) poderá ser sanada mesmo após o ajuizamento da execução fiscal, a qualquer momento ou instância processual, mediante substituição da certidão nula. Neste caso, deve ser reaberto prazo ao sujeito passivo para defesa, caso esta já tenha sido apresentada, ou reaberto prazo recursal, caso a substituição se dê após a sentença.
- c) O contribuinte contra o qual conste créditos tributários já inscritos em dívida ativa e com a execução fiscal ajuizada, mesmo que garantida por penhora do valor total executado, não possui direito a obter certidão negativa com efeitos de negativa.
- d) A certidão positiva com efeitos de negativa, em qualquer caso, somente pode ser emitida mediante prévio depósito do montante integral do tributo devido pelo sujeito passivo da obrigação tributária.
- e) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída. A presunção, neste caso, é relativa.**

DIREITO EMPRESARIAL

1) A Lei n.11.101/05, recentemente alterada pela Lei n. 14.112/20, estabelece critérios a serem obedecidos quando se trata da realização do ativo da massa falida. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a incorreta:

- a) Em qualquer modalidade de alienação, o Ministério Público e as Fazendas Públicas serão intimados por meio eletrônico, nos termos da legislação vigente e respeitadas as respectivas prerrogativas funcionais, sob pena de nulidade.
- b) Em qualquer modalidade de realização do ativo adotada, fica a massa falida dispensada da apresentação de certidões negativa.
- c) O juiz, ouvido o administrador judicial e atendendo à orientação do Comitê, se houver, ordenará que se proceda à alienação do ativo em uma das seguintes modalidades: (I) leilão, por lances orais; (II) propostas fechadas; (III) pregão.**
- d) O processo competitivo organizado promovido por agente especializado e de reputação ilibada, cujo procedimento deverá ser detalhado em relatório anexo ao plano de realização do ativo ou ao plano de recuperação judicial, conforme o caso, é uma das modalidades de alienação dos bens da massa falida.
- e) A alienação do ativo poderá contar com serviços de terceiros como consultores, corretores e leiloeiros e não estará sujeita à aplicação do conceito de preço vil.



2) De acordo com a Lei n. 6.404/76, e suas alterações, que dispõe sobre as sociedades por ações e trata da sociedade anônima, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa correta:

- a) O capital social da sociedade anônima, será fixado no estatuto social, expresso em moeda nacional e poderá ser formado com contribuições em dinheiro, prestação de serviços ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- b) É facultado à todas as modalidades de sociedades anônimas criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominadas “partes beneficiárias”.
- c) Somente podem ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas naturais, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 5 (cinco) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.
- d) O estatuto pode estabelecer que o exercício do cargo de administrador deva ser assegurado, pelo titular ou por terceiro, mediante penhor de ações da companhia ou outra garantia.**
- e) A constituição da companhia depende do cumprimento de determinados requisitos preliminares, dentre eles, a realização, como entrada de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, independentemente da modalidade de companhia a ser constituída.

3) A Teoria da Empresa se faz presente no Direito Empresarial a partir da Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil). De acordo com a legislação pertinente, que dispõe sobre as sociedades, assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta:

- a) Na sociedade em nome coletivo, pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- b) Na sociedade em conta de participação, o contrato social produz efeito somente entre os sócios e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- c) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados e comanditários, ambos pessoas físicas e discriminados no contrato, podem praticar atos de gestão na sociedade.
- d) Na sociedade em comum, sociedade personificada, os bens e dívidas sociais constituem um patrimônio especial em nome da própria sociedade.
- e) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social e este tipo societário pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.**

4) De acordo com a legislação em vigor, que trata dos títulos de crédito, dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:



- a) O cheque é uma ordem de pagamento à vista e prescreve em 6 (seis) meses, contados do prazo de apresentação e o aceite do cheque deve ser dado pelo aceitante no verso do cheque.
- b) No pagamento da duplicata não poderão ser deduzidos créditos a favor do devedor, mesmos os resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, e ainda que devidamente autorizados.
- c) A nota promissória que não contenha indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado ao lado do nome do subscritor e quando não indicar a época do pagamento será considerada nula.
- d) Não se considera como aceite recusado, o ato de o sacado, antes da restituição de letra de câmbio, riscar o aceite que tiver dado.
- e) O pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro, exceto o sacado, ou mesmo por signatário do título e o aval deve indicar o avalizado. Na falta de indicação, considera-se avalizado o emitente.**

5) Segundo a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), que trata do Direito de Empresa, assinale, dentre as alternativas abaixo, a correta:

- a) Na empresa individual de responsabilidade limitada, o patrimônio do titular que a constituiu, independentemente de comprovação de fraude, se confundirá com o patrimônio social da empresa, que responderão pelas dívidas da EIRELI.
- b) Não poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- c) O empresário rural que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, fica dispensado de inscrevê-la neste local, bastando, para tanto, apresentar o registro realizado no local da matriz.
- d) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.**
- e) No caso de cessão de quotas em uma sociedade, até dois anos depois da assinatura do termo de cessão de quotas que modificou o contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

6) A Lei n. 11.101/05 alterada pela Lei n. 14.112/20, trata da classificação dos créditos e estabelece à seguinte ordem para pagamento aos credores. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a incorreta:



- a) Os créditos extraconcursais determinados por Lei serão pagos com precedência sobre os créditos tributários e os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.
- b) Os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado, são considerados créditos subordinados.
- c) Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor serão pagos depois do pagamento dos créditos extraconcursais.
- d) As remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência são considerados créditos concursais.**
- e) Os créditos que disponham de privilégio especial ou geral em outras normas integrarão a classe dos créditos quirografários.

7) De acordo com a Lei n. 6.404/76, e suas alterações, que dispõe sobre a reorganização societária, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa correta:

- a) A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.**
- b) A incorporação, fusão e cisão somente podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais e deverão ser deliberadas na forma prevista para alteração dos respectivos estatutos sociais.
- c) A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações e surge uma nova personalidade jurídica.
- d) A transformação é a operação pela qual a sociedade existente passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo societário para outro. Dessa transformação surge uma nova personalidade jurídica que é a sociedade transformada e pode gerar prejuízo aos direitos dos credores.
- e) Pela fusão, duas ou mais sociedades se unem e desta união poderá ou não surgir a formação de nova sociedade que lhes sucedera em todos os direitos e obrigações.

8) A Lei 10.406/2002 (Código Civil), ao tratar do direito societário, disciplina sobre a sociedade limitada. Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:



a) A sociedade limitada rege-se, nas omissões previstas a este tipo societário, automaticamente, pelas normas da sociedade anônima.

b) O capital social de sociedade limitada é dividido em quotas, iguais e desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio e é vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.

c) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas sócias, designadas no contrato social ou em ato separado.

d) As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião ou em assembleia. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número de sócios for dez.

e) Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato instituir conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembleia geral.

9) A Lei n. 7.357/85, dispõe sobre o cheque. De acordo com a legislação em vigor, dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

a) O cheque depende do aceite do sacado para a sua validade como título de crédito.

b) Os juros estipulados para serem pagos pelo sacado devem estar inseridos no próprio cheque.

c) O emitente ou o portador podem cruzar o cheque, mediante a aposição de dois traços paralelos no anverso do título. O cruzamento geral pode ser convertido em especial, mas este não pode converter-se naquele.

d) O cheque é uma ordem de pagamento à vista não pode ser emitido à ordem do próprio sacador.

e) No cheque, o endosso deve ser puro e simples e pode ser prestado na modalidade de endosso parcial.

10) De acordo com a Lei 6.404/76 e suas alterações, que dispõe sobre as sociedades por ações, dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

a) O consórcio adquire personalidade jurídica com o devido registro do ato constitutivo no órgão competente e as consorciadas respondem solidariamente entre si.

b) No que se refere à coligação de sociedades, é permitida a participação recíproca entre a companhia e suas coligadas ou controladas.

c) Na sociedade anônima, a função do membro do conselho fiscal é delegável.

d) A companhia dissolvida perde a sua personalidade jurídica a partir da aprovação, pelos sócios, do processo de dissolução.

e) As companhias de economia mista terão obrigatoriamente Conselho de Administração e o funcionamento do Conselho Fiscal será permanente.